

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 35

Data: 23 de julho de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

### *Brasil pode perder US\$ 500 milhões*

Os 500 milhões de dólares destinados ao setor elétrico e novos financiamentos do Banco Mundial para o governo brasileiro poderão ficar comprometidos com o último relatório da missão do banco que critica a atuação da Funai nas áreas indígenas do Polonoroeste. "O relatório poderá atrapalhar", admitiu ontem o coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), Miguel Ângelo Arab.

Isto porque o governo, através da Funai, não está cumprindo, devidamente, o contrato firmado com o Banco Mundial em 1981, em que se comprometeu a "fortalecer medidas para proteger a população indígena da área do programa", como condição fundamental para a liberação de 170 milhões de dólares destinados ao asfaltamento da BR-364.

Cinco anos depois de iniciadas as obras da estrada, praticamente já concluídas, o Banco Mundial, através de sua última missão enviada ao Brasil para verificar as condições das populações indígenas do Polonoroeste — de 9 a 28 de

junho passado — constatou que as condições dos índios da região são precárias e põem em risco a sua saúde e segurança.

O contrato previa a demarcação de 3 mil 941 quilômetros o que afetaria aproximadamente 25 milhões de hectares de terras indígenas. Desse total, apenas a metade está devidamente homologada, segundo estima a missão do Bird. O governo se comprometeu também a prestar assistência médico-sanitária nas regiões demarcadas, seguindo determinação do Banco Mundial, que destaca a necessidade de "imunização de todos os indígenas na área do programa (estimados hoje em 30 mil) e fortalecimento da capacidade da Funai de combater as epidemias".

O contrato exige também "uma fiscalização eficiente da Funai para proteger de invasões as terras indígenas demarcadas", medidas que seriam acompanhadas, periodicamente, por missões do Banco Mundial à região do Polonoroeste. Em sua última visita de avaliação, o Bird reconheceu "alguns avanços e conquis-

tas" mas, de modo geral, não aprovou a atuação da Funai na região.

Esses compromissos teriam que ser assumidos pelo governo brasileiro, através do repasse à Funai, pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), de verba liberada pela Seplan. Até o momento, foram liberados 26 milhões de dólares destinados a obras de infra-estrutura e assistência médico-hospitalar.

Esse desconhecimento abrange ainda uma verba muito maior — 1 bilhão e 200 milhões de dólares — destinada a todas as atividades do Polonoroeste, e repassada pela Sudeco a todo o programa. Estão incluídos também os gastos com a demarcação das terras, construção de rodovias vicinais, núcleos de apoio à colonização e fortalecimento dos componentes ambientais, destinados à defesa e preservação do meio ambiente, além do acompanhamento do chamado "componente indígena", que determina proteção aos índios da região, que abrange os estados de Mato Grosso e Rondônia. (K.G. e C.P.)